

Official Letter No. JG/036/2016

Rio de Janeiro, 13 de Abril de 2016.

Sr. José de Jesús Orozco Henríquez
Relator sobre os Direitos de Defensores de Direitos Humanos

Relatoria sobre Defensoras/es de Direitos Humanos
Comissão Interamericana de Direitos Humanos
1889 F St., N.W.
Washington, D.C., 20006
EUA

Via e-mail: cidhdefensores@oas.org

Ref: Ameaças à defensora de direitos humanos Maria da Penha Macena e violações no processo de remoção da comunidade de Vila Autódromo, no contexto dos Jogos Olímpicos 2016 – Rio de Janeiro, Brasil.

Sumario

A Justiça Global vem, por meio deste, informar a respeito da situação de risco e das ameaças e ataques que vem sofrendo a defensora de direitos humanos Maria da Penha Macena, a Dona Penha, decorrente de sua atuação na defesa do direito à moradia adequada na comunidade Vila Autódromo – Rio de Janeiro, Brasil. Conhecido amplamente pela ONU e pelas comunidades nacional e internacional, o caso da Vila Autódromo tornou-se emblemático, já que vem passando por numerosas ameaças e ações de remoção desde a década de 1990 e que a justificativa utilizada nos últimos anos para a retirada das casas da região é a realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que o Parque Olímpico está sendo construído ao lado da comunidade. Com importante atuação nesse contexto, a defensora em questão, além de ser impactada por tais violações como moradora, vem também sofrendo ameaças, vigilância e ataques diretos. Por tais motivos, a Justiça Global manifesta forte preocupação e solicita visibilidade ao caso e outras medidas cabíveis, num caráter de urgência.

Relato detalhado

Dona Maria da Penha é moradora da Vila Autódromo desde 1994, quando se mudou para a comunidade com seu marido, Luis, e com sua filha, Natália. No terreno que compraram, foram

construindo sua casa pouco a pouco, abrindo também espaço para a casa de um cunhado e de sua sogra, mãe de Luís. Desde quando chegou à vila, sua família convive com o risco de remoção e também participa da luta pela permanência e urbanização da comunidade, tendo Dona Maria da Penha se tornado uma das principais vozes de resistência à política de remoções da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Após uma tentativa de demolição impedida pela Defensoria Pública no início do mês de fevereiro de 2016¹, a Prefeitura conseguiu, no dia 23 do mesmo mês, durante um plantão judiciário noturno (ou seja, fora dos ritos processuais normais, por meio de um plantão que teoricamente serve apenas a casos emergenciais) o mandado de imissão de posse para a derrubada da sede da Associação de Moradores e da casa de Dona Luizinha de Nanã, moradora que também utilizava seu lar como um centro de Candomblé. Logo nas primeiras horas da manhã do dia 24 de fevereiro, quatro ônibus da Guarda Municipal cercaram e derrubaram a sede da Associação e uma lanchonete ao lado. Logo depois, por volta das 17 horas, foi a vez da casa de Dona Luizinha ir ao chão.

No mesmo dia 24, a comunidade e jornalistas independentes que estava no local relata que um senhor entrou na casa de Maria da Penha – movimentada em razão da circulação de ativistas, moradores e mídia que estavam acompanhando a demolição ocorrida mais cedo – e saiu de um dos cômodos filmando com o celular. Outra moradora da vila que estava na casa questionou quem ele era e o que ele estava filmando, ao que o senhor teria respondido "Eu sou da mídia independente". Perguntado sobre qual mídia/site pertencia, ele não respondeu, dirigindo-se rapidamente ao portão da casa, onde foi rodeado por seus moradores que ainda indagavam quem era ele. A situação tornou-se tensa, o senhor continuava filmando, e um jornalista independente pôde ver que o senhor enviava as imagens a um grupo no aplicativo *WhatsApp* intitulado "Equipe II"².

Os moradores, então, chamaram a Polícia Militar, que estava na comunidade por causa da remoção, exigindo que o caso fosse registrado na delegacia. De acordo com um jornalista que acompanhou o caso, na 42ª Delegacia de Polícia foi confirmado que o homem era um guarda municipal do Rio.

Essa mesma Guarda Municipal também foi protagonista de uma agressão violenta a Maria da Penha em 2015. No dia 03 de junho, a comunidade amanheceu com um gigantesco aparato da guarda,

1 <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-02/justica-suspende-demolicao-de-associacao-de-moradores-da-vila-autodromo>

2 http://www.vice.com/pt_br/read/a-prefeitura-do-rio-plantou-um-espiao-no-meio-da-vila-autodromo

que desde cedo cercava a Vila Autódromo para executar a desapropriação de moradores sem aviso prévio, impossibilitando que as famílias pudessem se organizar para a retirada dos seus pertences dentro das casas. A ação da prefeitura era ainda mais absurda pelo fato de não ter pago o valor integral das negociações feitas com os moradores e mesmo assim exigido que saíssem de suas casas sem ter pra onde ir. Mesmo vendo o aparato repressor, os moradores da comunidade se organizaram pra resistir à demolição. Para garantir os interesses da prefeitura, a guarda avançou sobre mulheres e homens, muitos deles idosos, deixando um saldo de oito feridos. Entre eles estava Dona Penha, que levou um golpe de cassetete, que quebrou seu nariz e feriu seu olho, deixando seu rosto completamente ensanguentado³.

Mesmo após a agressão, que virou notícia nacional e internacional, a Prefeitura do Rio de Janeiro seguiu com as remoções de forma acelerada em 2015. Ações que já eram utilizadas na Vila Autódromo e em outras comunidades pobres removidas se intensificaram, de acordo com os moradores, assim como o assédio cotidiano dos funcionários da Prefeitura, coagindo os moradores a aceitar as indenizações. A ação dos funcionários da prefeitura foi sempre de amedrontar, dizendo que as famílias deviam sair senão perderiam tudo. Fizeram pressão dentro da comunidade e dentro das famílias no intuito de dividir e causar confusão entre eles. Isso é parte de uma mesma estratégia aplicada em outras desocupações: as pessoas acabam cedendo e abandonam o lugar, as casas são demolidas e vários pertences são deixados na rua. Os que resistem passam a viver em um insuportável cenário precário, de destruição (escombros, poeira, buracos no chão cheios de água, muitos mosquitos e as doenças que eles trazem, etc.) ao mesmo tempo em que são pressionados a também sair. Os moradores vão tomando posições diferentes e a comunidade acaba dividida. E assim, pouco a pouco, vai sendo removida. Dessa forma, a Vila Autódromo termina 2015 com menos de 100 casas.

A casa da defensora de direitos humanos e militante por moradia adequada Maria da Penha era uma das poucas que ainda restavam de pé. Ela estava sob risco de demolição por constar num decreto da Prefeitura do Rio de Janeiro que alegava a necessidade de derrubada para a construção de uma via de acesso ao Parque Olímpico. Dona Penha diz que esse decreto "desconsidera os títulos de concessão real de uso dos moradores, entregue pelo Estado há vinte anos, e a declaração de Área de Especial Interesse Social com relação à comunidade"⁴.

3 <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-06-03/desapropriacao-termina-com-feridos-e-confusao-na-vila-autodromo.html> e <http://rioonwatch.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Vila-autodromo-eviction.jpg>

4 <http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2015/06/03/remocao-em-bairro-vizinho-a-parque-olimpico-gera-confronto.htm>

Além das garantias jurídicas pela permanência dos moradores, o próprio argumento de que eles precisam sair para que as obras do Parque Olímpico fossem realizadas caiu por terra desde 2012, quando foi apresentado o Plano Popular da Vila Autódromo, feito pelos moradores em parceria com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense. Dona Maria da Penha afirma que a prefeitura ignora “o projeto de urbanização proposto pelos moradores, que viabilizaria a permanência da Vila Autódromo e deixaria um verdadeiro legado social para a área, além de ser bem menos custoso ao município.”⁵

O estudo mostrava que era perfeitamente possível urbanizar a comunidade, elencando diversas vantagens: era possível oferecer habitações de melhor qualidade e maiores dimensões - de 58m² a 95m², conforme o tamanho da família - contra 45m² a 62m² no projeto municipal de reassentamento; do ponto de vista ambiental, através de pequenos investimentos em drenagem e canalização, eliminando riscos e inundações, com recuperação ambiental da Faixa Marginal da Lagoa de Jacarepaguá, que fica ao lado da Vila (assim, somente 15% dos moradores teriam que sair de suas casas, sendo reassentados dentro da própria comunidade); preservando a comunidade, seus laços de sociabilidade, a proximidade aos locais de trabalho e educação; e os custos do Plano Popular seriam muito inferiores aos da remoção e reassentamento pretendidos pela Prefeitura, de apenas R\$ 13,53 milhões - sendo que a prefeitura até agora gastou R\$ 204 milhões⁶ de recursos públicos para remover as casas da comunidade apenas para atender interesses privados.

Em 16 de agosto de 2012, o Prefeito recebeu um exemplar do Plano Popular da Vila Autódromo e se comprometeu a responder em 45 dias com uma análise técnica, mas não cumpriu a promessa. Este mesmo plano foi ganhador do Urban Age Award, prêmio internacional concedido pelo Deutsche Bank. Desde então, com as seguidas remoções, o plano popular vem sendo adaptado para as novas realidades da comunidade, com cada vez menos moradores.

A casa de Maria da Penha, como dito, poderia a qualquer momento ser derrubada a partir de um mandado para tanto. Foi o que aconteceu no dia 8 de março de 2016, dia Internacional da Mulher, no mesmo dia que Dona Penha receberia o prêmio "Mulher Cidadã" na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, como símbolo das mulheres que lutam pelo direito à moradia. Uma vez mais, a defensora não foi avisada previamente da demolição de sua casa.

⁵ Idem.

⁶ <http://racismoambiental.net.br/?p=201440>

Por não aceitar ser removida da comunidade, somou-se o problema da falta de um lugar para ir depois da demolição. A solução encontrada por ela foi se alojar dentro da igreja católica da comunidade. “Demoliram a minha casa hoje, estou na rua. Estou carregando as minhas coisas para a igreja neste momento. Eu vou me abrigar na igreja até que o prefeito decida uma moradia para mim. Eu quero ficar na minha comunidade, moro aqui há 23 anos. Quase não deram tempo de eu tirar as minhas coisas, o oficial de justiça disse que tinha que ser hoje e eu tirei a minha mudança do jeito que deu”, relatou Dona Penha para as organizações que acompanham o caso.

Após a remoção da casa, no mesmo dia, o prefeito Eduardo Paes chamou uma coletiva de imprensa para anunciar o plano de urbanização da Vila Autódromo, o que deixou todos os moradores perplexos, uma vez que ele nunca havia negociado ou mesmo avisado sobre esse plano antes do anúncio à imprensa. O que se seguiu foi mais uma prova da inabilidade e falta de vontade do poder público municipal em ouvir a população. Mostrado apenas à imprensa⁷, o plano da prefeitura deixa apenas 30 casas na comunidade, todas com o mesmo tamanho (o que não respeita as diferentes configurações familiares), e não explica quais serão os critérios para que os moradores deixem suas antigas casas para ocupar as novas.

Após solicitação de reunião, os moradores conseguiram se encontrar com o Prefeito Eduardo Paes no dia 28 de março, quando finalmente o plano foi apresentado a eles. Os moradores, contudo, fizeram uma série de ressalvas ao projeto, que agora deverá ser adaptado, segundo a prefeitura. Todavia, considerando todo o histórico de desrespeito aos direitos e descumprimento de promessas por parte da prefeitura, é essencial ficar atento ao que vai ocorrer nos próximos meses até a chegada dos Jogos Olímpicos.

Contexto

A Vila Autódromo está localizada em um ponto privilegiado da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, região na qual, nos últimos 20 anos, houve um grande aumento do número de construções acompanhado de altas nos preços dos terrenos e forte especulação imobiliária. Há casos como o de Carlos Carvalho, único acionista à frente da empreiteira Carvalho Hosken (avaliada em R\$ 15 bilhões), que possui mais de 10 milhões de metros quadrados na Barra da Tijuca, bairro mais caro da Zona Oeste. Ele participa de obras no Parque Olímpico, ao lado das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez, por meio de uma Parceria Público Privada (PPP). Pelo acordo, após as Olimpíadas, o

⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2016/03/1747798-apos-derrubar-quase-toda-vila-autodromo-prefeitura-exibe-plano.shtml>

consórcio construirá empreendimentos imobiliários de alto luxo na região ocupada pelo Parque, uma vez que parte das estruturas esportivas serão desmontadas após os Jogos. Ou seja, são prédios residenciais caros ao lado da pobre comunidade Vila Autódromo.

Um trecho de uma entrevista de Carvalho para a BBC é elucidativo sobre o modelo de cidade que está sendo implementado na região: Ele respondeu a críticas sobre remoções e declarações dadas recentemente ao jornal britânico The Guardian, quando disse que a Barra representa o "novo Rio de Janeiro" como uma "cidade da elite, do bom gosto" e que, por esta razão, a Ilha Pura – nome do empreendimento a ser construído - "precisava ser moradia nobre, e não moradia para os pobres". Questionado pela BBC Brasil, disse que gosta dos ricos porque precisa deles, mas "prefere os pobres". Afirma ainda que foi do povo e "continua sendo povo", embora admita que prefira "encher de rico" seu novo empreendimento na Vila dos Atletas. "Você não pode pensar em tirar um favelado de onde ele vive, do habitat dele, para que ele venha a pagar aluguel e condomínio. Se ele não for preparado e se não houver um apoio correto para ensiná-lo sobre o seu novo habitat, o plano realmente não vai poder dar certo."⁸.

Além da justificativa do Parque Olímpico, outras já foram utilizadas para remover comunidades pobres do Rio de Janeiro, como a construção de vias expressas e supostos riscos e danos ambientais que tais comunidades correriam. A história da Vila Autódromo, assim, se torna um símbolo de um processo de remoção muito maior na cidade. Apenas entre 2009 e 2013, 20.299 famílias (cerca de 67.000 pessoas) foram removidas - e indenizadas ou reassentadas - de suas casas pela Prefeitura, segundo os dados da Secretaria Municipal de Habitação (SMH). Os dados foram apresentados no livro *[SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico \(Mórula Editorial\)](#)*, do arquiteto e pesquisador da UFRJ Lucas Faulhaber e da jornalista Lena Azevedo. Outras milhares - não se sabe o número exato - foram desapropriadas por decreto (quando a família possui a propriedade legal do imóvel).

Este é o período histórico com o maior número absoluto de remoções na cidade, ultrapassando os governos de Carlos Lacerda (1961-1965; 30.000 remoções) e de Pereira Passos (1902-1906; 20.000 remoções), que sempre foram os principais representantes dessa política. Hoje, na metade do segundo mandato do prefeito Eduardo Paes (PMDB), a cifra de pessoas removidas ultrapassa os 70.000, o que, como mencionado, não é um número exato devido à falta de transparência da prefeitura em divulgar os dados de sua política de remoção.

8 http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp

Breve histórico da Vila Autódromo

A Vila Autódromo surgiu como uma comunidade de pescadores nos anos 60, quando a Zona Oeste era uma região praticamente rural da cidade do Rio de Janeiro. Ela ganhou seu nome por estar ao lado do Autódromo de Jacarepaguá, também conhecido como Nelson Piquet, que foi destruído para abrigar o Parque Olímpico. Com o crescimento da área, com o surgimento de diversos empreendimentos imobiliários, as ameaças de remoção surgiram. Eram os anos 90, durante a administração do ex-prefeito César Maia e do seu então subprefeito para a região, Eduardo Paes, hoje prefeito da cidade desde 2008. Essa relação mostra como, há mais de 20 anos, o atual governante municipal está envolvido com a remoção da comunidade.

Após muita pressão dos moradores, Governo do Estado finalmente concedeu aos mesmos o uso da área por 99 anos, ainda nos anos 1990, durante a administração do governador Marcelo Alencar. Mais tarde, em 2005, a Câmara de Vereadores aprovou a lei complementar 74/2005, que transformou a comunidade em Área Especial de Interesse Social. São esses os documentos que, até hoje, os moradores utilizam na luta pela garantia do direito à moradia.

Considerando o acima exposto, a Justiça Global manifesta grande apreensão com a fragilidade da situação da defensora de direitos humanos Maria da Penha e chama a atenção para o quadro de reiteradas violações do direito à moradia adequada na Vila Autódromo, agravado de maneira drástica neste ano de Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro. Solicitamos que as medidas cabíveis sejam tomadas em relação a tais denúncias, de forma a assegurar a continuidade do trabalho imprescindível de Maria da Penha em prol dos direitos humanos e do direito à moradia adequada, assim como a perseverante e corajosa resistência da comunidade da Vila Autódromo após tantos anos de luta pelos seus direitos e apresentação de alternativas reais à sua remoção.

Certos de sua compreensão, agradecemos desde já e contamos com sua resposta.



Antonio Neto



Sandra Carvalho

